

Francisco Bosco: do homem cordial ao novo espaço público

Francisco Bosco: from the cordial man to the new public space

Bruno Henrique Souza de Jesus

Emerson Araújo Santana

RESUMO

O presente artigo faz uma análise da obra *A vítima tem sempre razão?*, de Francisco Bosco. A análise passa pelo contexto histórico, mostrando a criação de um conceito fundamental do livro, o de *novo espaço público*, nome dado às redes sociais digitais, caracterizadas pela democratização do debate. Os autores buscam entender as dinâmicas presente nesse campo, apresentadas pelas lutas identitárias. O artigo também mostra sua metodologia, fazendo uma genealogia da cultura e, após isso, faz uma análise de casos concretos, com embates gerados com múltiplas perspectivas teóricas. Também, mostra os objetivos dos autores em termos de relevância social, com a pretensão de fazer parte das lutas identitárias e rever os seus modos de agir, incorporar novas discussões e trabalhar com alteridade.

Palavras-chave: Francisco Bosco; redes sociais digitais; novo espaço público; lutas identitárias.

ABSTRACT

This article makes an analysis of Francisco Bosco's work, *The victim has always reason?*. The analysis goes through the historical context, showing the creation of a fundamental concept of the book: *new public space*, name given to digital social networks, characterized by the democratization of the debate. The author seeks to understand the dynamics present in this field, presented by the identity struggles. The article also shows its methodology, making a genealogy of the culture, and after it makes an analysis of concrete cases, which clashes generated with multiple theoretical perspectives. It also shows the author's objectives in terms of social relevance, with the intention of being part of the identity struggles to review his way of acting, incorporate new discussions and work with otherness.

Keywords: Francisco Bosco; digital social networks; new public space; identity struggles.

INTRODUÇÃO

Nascido no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1976, o autor aqui apresentado é Francisco de Castro Mucci, porém, ele carrega o pseudônimo de Francisco Bosco. Dotado de capital cultural, pois, é filho do cantor e compositor João Bosco; de certa forma, teve influência para adentrar na área das letras, flertando com a literatura, a linguística, a

sociologia e a psicologia. Ele tem uma formação ampla e, em 1997, é graduado em comunicação pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso; possui o mestrado em Letras. Em 2003, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sua pesquisa girou em torno da relação críticos, obra e leitor. Fez o doutorado também na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2003, trabalhando semiótica e linguagem, fazendo uma leitura da obra de Roland Barthes¹. Na vida acadêmica, ficou atento a levantar problemas da ordem social e, se aproximava cada vez mais das análises sociais com um viés sociológico.

Participou do jornal *O Globo*, onde escrevia em uma coluna em que falava sobre diversos temas contemporâneos, mas, com uma maior frequência, sobre cultura e política. Também foi colunista da Revista *Trip* e Revista *Cult*, seguindo as mesmas temáticas. Não ficou restrito à academia e às colunas, também publicou diversos livros, antes desse que será trabalhado no artigo. Seus livros publicados, geralmente, ficam no campo da poesia e congêneres, buscando dar uma visão literária ao cotidiano de um homem de classe média do cenário carioca alternativo. A literatura perpassa por temas como sexo, drogas, futebol, política e amor².

Analisar essa fase do autor foi crucial para entender como ele se adentra na análise social, através de elementos que influenciaram na literatura, elementos esses que serão explorados no presente artigo. O texto aqui abordado é *A vítima tem sempre razão?*, publicado em 2017. O livro traz análises do que o autor chama de *novo espaço público*, das dinâmicas e limites das lutas identitárias contemporâneas. Ele define como “novo espaço público” as redes sociais, que, muitas vezes, servem de tribunais para julgamentos de pessoas que estão ligadas às causas identitárias. Em alguns casos, esses julgamentos são injustos, o autor argumenta em torno de casos concretos de pessoas julgadas e “linchadas” virtualmente, ou seja, que foram expostas em redes sociais e receberam ofensas.

Ele chama a atenção para três fatores que propiciaram esse novo contexto, que foram: as revoltas de 2013, o colapso do Lulismo e a disseminação das redes sociais. O primeiro deixou legado mais evidente e abriu o campo para conflitos de secções diferentes da sociedade. O segundo, acabou com o mito de uma *cordialidade*, trazida por Sérgio

¹ Disponível em: <https://oifuturo.org.br/historias/oi-futuro-entrevista-francisco-bosco/> Acessado em: 02/04/2020.

² Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/escrito-poeta-compositor-e-filosofo-francisco-bosco-nao-foge-do-debate-nas-paginas-negras/> Acessado em: 02/04/2020.

Buarque de Holanda. Por final, o terceiro, deu condições mais práticas para a sociedade exercer seu julgamento de maneira direta e com uma certa proteção que a internet dá ao usuário que exerce o julgamento. Com as transformações, que deixaram parte dos movimentos identitários segregacionistas e atuaram para a construção do “novo espaço público”, Bosco vê uma necessidade de abertura dos debates, discussão de críticas e uma revisão do *lugar de fala*.

DESENVOLVIMENTO

Contexto histórico

O autor mostra como a cultura brasileira passou por uma constante mudança, ainda mais a imagem da cultura brasileira que foi reproduzida para fora e para o próprio Brasil. As mudanças ocorreram devido às diversas tensões de poder passadas pela história do Brasil, valorizando vários elementos ao longo do tempo. Da valorização da Natureza, uma mostra identitária de todo o povo e, até, uma busca de diversos circuitos urbanos brasileiros e suas especificidades, vide a Carta de Pedro Vaz de Caminha, obras de Lima Barreto, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Aluísio Azevedo, o movimento da Tropicália, MPB, Carmen Miranda, o caráter do futebol, dentre tantos outros.

Também ocorreu a necessidade de estipular uma identidade nacional à cultura brasileira por parte das ciências sociais. Algumas publicações de grande relevância e de marco para esse *zeitgeist* foram: Sílvio Romero (2018) e Gilberto Freyre (1957), com a miscigenação brasileira; Sérgio Buarque (1996), com a cordialidade brasileira; Caio Prado Júnior (1979), que obteve um grande avanço com o viés de classe; e, Roberto DaMatta (1999) com seu viés estruturalista. Tal caráter nacional universalista, presente nos três primeiros citados, foi desmistificado, alguns anos depois, pela própria sociologia e antropologia, mostrando diversas especificidades culturais e identitárias.

Mas, o fato que chama a atenção para as atuais tensões, exploradas pela obra aqui analisada é o grupo Racionais MC's. O grupo e o lulismo afetaram os movimentos identitários. Lula entrou na disputa presidencial no mesmo ano do primeiro single da banda. Ambos representavam parte da sociedade que foi ainda mais assolada pelo capitalismo brasileiro, Lula representando o proletário nordestino e, os Racionais, representando os negros e as mazelas sociais.

O próprio Francisco Bosco comenta sobre os Racionais MC's em seu livro, e frisa a ligação com os movimentos identitários:

Os Racionais não se apresentam como estrelas, em posição de superioridade a seus manos negros. Basta vê-los no palco. No lugar do cantor hiper fetichizado, do *band leader* ou de qualquer hierarquia espacial, em shows dos Racionais o palco é, sob todos os aspectos, horizontal: cheio de gente, adultos e crianças, cantores, músicos e dançarinos, todos juntos. Eles não excluem seus iguais. “Se eles excluem alguém, sou eu, é você, consumidor de classe média – ‘boy’, ‘burguês’, ‘perua’, ‘babaca’, ‘racista otário’”. Nada mais distante das grandes sínteses culturalistas dos “explicadores do Brasil”, com seu “esforço incessante para a unidade”, ou da ideia de cultura popular, com seus traços de mestiçagem, encontro e conciliação. Terá sido com os Racionais MC’s que, pela primeira vez no Brasil, os movimentos identitários ganham escala, extrapolam as fronteiras mais estreitas da academia ou mesmo dos movimentos sociais e ganham o campo amplo da cultura (BOSCO, 2018, p. 36).

Trabalhando em prol de uma proximidade com seus “manos”, com o modo de falar, músicas e posições políticas em reafirmar cultura negra e de favela, o grupo se aproxima cada vez mais das pessoas que sofreram o mesmo que eles. Surgiram como a voz de negros da favela que queriam ascender socialmente, sem um discurso meritocrático de trabalho, mas um discurso de revolta das pessoas negras e de favela, uma denúncia ao sofrimento. A música extremamente politizada e bem diferente da MPB, pois alcançava as favelas e causava grande impacto.

Apesar de todo o caráter politizado, com a pretensão de modelo emancipatório, acabou perdendo o horizonte que pairava no país, o de encontrar uma cultura nacional, Racionais MC’s vem para romper com ele. Como Bosco (2017) bem traz, os movimentos identitários ganharam força e deixaram de ser só organizações conscientes, como os movimentos sociais. Reproduzindo essa dinâmica identitária culturalmente, faz com que as pessoas também reproduzam.

Adentrando nos três fatores citados anteriormente, porém, a premissa é entender os fatores históricos para a produção do livro *A vítima tem sempre razão?*. É necessário entender que o Lulismo, diferentemente do que Racionais MC’s gerou, é pautado por uma política conciliadora, pois, para chegar ao poder, Lula teve que modificar seu perfil, que carregava o mesmo espírito do grupo de MC’s.

André Singer compreende que: “As condições para o programa de combate à pobreza viriam da neutralização do capital por meio de concessões, não do confronto.” (SINGER, 2012, p.107). De tal forma, ajudando a consolidar ainda mais a desigualdade do país em troca de tentar tirar a miséria do Brasil. Seguindo essa ordem, Lula conseguiu implementar programas como o *Bolsa Família*, *Minha Casa, Minha Vida* dentre muitos outros, que caracterizam um reformismo, sem romper as estruturas. Apesar de tantos benefícios, essa foi uma relação de dualidade, os pontos positivos foram mencionados acima. Os negativos foram reproduzir a estrutura desigual da sociedade, sem uma reforma

tributária ou política, e, algo de grande impacto, foi manter as relações um tanto “sombrias” entre empresas privadas e Estado. Esses pontos fizeram parte das pessoas que são reprimidas pelo sistema perder a fé no PT e no Lulismo.

O que fez o Lulismo começar a entrar em colapso foram as mobilizações de junho de 2013, responsáveis por criar o descontentamento com o governo. Logo, um fator está ligado de maneira íntima ao outro. Bosco faz uma análise usando o cientista político João Brant:

A revolta contra a lógica dos gastos públicos encontrou seu alvo nos grandes eventos próximos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016). Como observou o cientista político João Brant, as manifestações contra a Copa articularam críticas a aspectos diversos, como a submissão do interesse público ao privado, a corrupção, as violações de direitos sociais e civis (como as desapropriações urbanas) e as medidas que afetavam a soberania nacional (chegou-se a mudar leis brasileiras por imposição da FIFA). Desse modo, conclui João Brant, é possível dizer que as manifestações contra a Copa estiveram relacionadas aos dois principais aspectos dos protestos de junho: “a crise de representação, por conta das decisões tomadas sem levar em consideração os direitos dos cidadãos e o mal-estar urbano (especialmente em virtude da política de remoções), que também está na raiz das manifestações contra o aumento da tarifa (BOSCO, 2018, p. 41).

Os motivos que as pessoas apresentavam eram bastante difusos. Havia até pedido de volta dos militares e grande parte da esquerda se retirou das manifestações. A direita começa a se apossar das manifestações e acaba com a popularidade do governo Dilma. Iniciando o segundo mandato pressionada por parte da elite financeira e setores da direita e do centro, a primeira presidenta da república sofre um golpe. Assim, o Lulismo fica esfacelado. Também, houve culpa da grande mídia nesse caso e, as manifestações foram usadas para gerar revolta, Bosco apresenta isso no seu livro:

(...) “efeito demonstração” e “sensação de insegurança”. O primeiro se refere ao efeito causado pela superexposição midiática dos protestos, que fez com que “mesmo quem tinha uma insatisfação ‘aceitável’ passou a achar que devia ‘indignar-se’, ainda que não soubesse exatamente contra o quê” (e, sobretudo, pode-se acrescentar, a favor do quê). O segundo designa o impacto na sensação de insegurança causado pela visibilização intensa da violência nas ruas do país. A repetição diária de cenas de “vandalismo”, depredação de bens privados e públicos atinge diretamente o governo responsável (BOSCO, 2018, p. 44).

O autor do livro já é ciente das consequências históricas imbricadas com sua teoria, e as analisa, logo, o que ele coloca é bem postulado e serve como uma explicação para fechar esses dois fatores citados com as dinâmicas apresentadas pelos movimentos identitários:

Em suma, junho de 2013 atirou a primeira pedra no lulismo. Outro sentido inequívoco das jornadas de 2013 é que, de lá para cá, amplos setores da sociedade brasileira despertaram do marasmo político e passaram a ocupar espaços públicos, urbanos, midiáticos tradicionais, institucionais e sobretudo

digitais. Com o fim do lulismo, sobreveio uma sociedade crítica, em permanente crise consigo mesma, problematizando todas as dimensões e aspectos da vida social. Dentro desse movimento, emergiram com força sem precedentes as lutas identitárias (BOSCO, 2018 p. 45).

Em 2013, as redes sociais já tinham se consolidado, inclusive, foi uma das responsáveis pela organização das mobilizações. Muitas das estratégias e aglomerações eram ditadas no espaço virtual para acontecer no espaço físico. E, atingia muitos indivíduos, levando em conta que a população brasileira usa bastante as redes sociais. Bosco interpreta as redes sociais como indo além da mídia, principalmente o Facebook:

O Facebook, sobretudo, se transformou numa espécie de *metamídia*, na qual a interpretação da grande mídia era submetida ao escrutínio de leitores, muitos dos quais professores universitários sem espaço na mídia tradicional, que criticavam suas versões e acabavam por revelar as motivações ideológicas nelas embutidas, produzindo assim uma tomada de consciência generalizada do papel da mídia tradicional no Brasil, o que contribuiu para a sua crise (BOSCO, 2018 p. 48).

Evidencia-se que a mídia tradicional também relativiza os fatos, não é imparcial. As redes sociais, de fato, são mais democráticas, dão voz a mais pessoas, apresentando uma polifonia. No entanto, é uma relação bem ambígua, pois, o debate fica mais intenso e mais propício a linchamentos. Por conta do caráter de personalidade, a justiça fica à parte e o que prevalece é uma sede em achar pessoas que dão um deslize. Parte da esquerda parece buscar uma destruição da própria esquerda. O choque das lutas identitárias com o “novo espaço público”, fez os movimentos identitários aderirem a um sectarismo baseado em identidade, deixando de lado o trabalho da alteridade, essa problemática será abordada de maneira mais profunda ao longo do artigo.

Orientações Teóricas

Bosco mostra sua influência pós-estruturalista foucaultiana, fazendo uma genealogia da cultura brasileira, analisando desde o primeiro documento brasileiro, a carta de Pero Vaz Caminha. Além de analisar o hino nacional, ele segue analisando as principais representações da cultura brasileira e, mostra os efeitos de como essas tensões transformaram a identidade e a política da sociedade brasileira.

Bosco, então, parte para a análise de casos concretos, através de uma ótica com diversas perspectivas. Como falado na Introdução, o autor flerta com diversas áreas das ciências humanas, como a psicologia social, filosofia, sociologia, antropologia e história. Ele separa casos que tiveram uma grande repercussão por parte dos movimentos identitários no “novo espaço público” e que os comentários e tweets não foram apagados,

como: Marchinhas de carnaval, uso de turbante por uma mulher branca com câncer, um clipe de Malu Magalhães, um caso que é chamado de “Uma fiel defensora de estupradores”, um de “doping” por óleo de massagem e o caso de Idelber Avelar.

Ele trata dois conceitos como centrais, para analisar os dois modos que os movimentos identitários podem agir: *bridging* e *bonding*. Bosco define o primeiro como:

Como os nomes sugerem, no primeiro, um determinado grupo aposta no estabelecimento de “pontes”, ou seja, na atração de pessoas de fora desse grupo para, com a colaboração delas, avançar suas agendas. Isso, é claro, tem consequências sobre as práticas adotadas; elas precisam angariar a simpatia de outros grupos, e, para isso, é fundamental não colocar mecanismos que os façam se sentirem excluídos do processo de luta, mecanismos que tracem linhas divisórias intransponíveis entre “nós” e “vocês”, mecanismos, em suma, que reduzam o sujeito “de fora” à sua estrutura social de origem (homem, homem branco, mulher branca, classe alta, pessoas cis etc.), anulando a dimensão simbólica, moral, que faz esse sujeito se solidarizar com a luta dos outros (BOSCO, 2018 p. 11).

E, o segundo como:

É precisamente isso que tendem a fazer os grupos que optam pela estratégia de *bonding*, isto é, produção de laços grupais, estabelecimento de uma coesão radicalmente baseada em fatores excludentes, como, no caso, o pertencimento identitário. “Por meio da criação de forte lealdade grupal [*in-group loyalty*]”, observa Robert Putnam, essa estratégia “pode também criar forte antagonismo para com os de fora do grupo [*out-group antagonism*]”. É óbvio que a noção de identidade tem uma dimensão excludente por definição, mas isso não implica necessariamente a exclusão dos “de fora” do processo de lutas dos grupos identitários. Essa exclusão ocorre de forma deliberada ou pode acabar ocorrendo por conta dos procedimentos adotados na luta. (Bosco, 2018 p. 11)

Bosco constitui o primeiro conceito como ideal, para tentar estabelecer um campo de alteridade entre diversos movimentos com os “de fora” e as pessoas que fazem parte. Segundo ele, as transformações sociais não se dividem.

Outra perspectiva de grande importância é a influência de Axel Honneth, que é fundamental para entender as reações dos movimentos identitários devido à repressão histórica que as minorias vêm sofrendo. Inclusive, Bosco o cita para adentrar na sua argumentação ao longo do livro:

Axel Honneth, “para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele [o ser humano] depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações”.³ Assim, caso não o obtenha sistematicamente, “abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas, como a vergonha ou a ira”. Dessa perspectiva é evidente, diga-se de passagem, a relação entre falta de reconhecimento e violência social (BOSCO, 2018 p. 4).

Apresentação da obra

Da cultura à política

O autor mostra que uma síntese historiográfica é necessária para trazer exemplos de como a mudança de uma constituição da identidade na cultura mudou de campo para a política: documentos como a carta de Pero Vaz de Caminha, o conteúdo do nosso Hino Nacional, até leituras de produtos de mídia produzidos por canais de comunicação internacional, como as apresentações de Carmen Miranda nos EUA, o filme produzido pelos estúdios Walt Disney, *Alô amigos*, todos apresentam uma visão do que seria o Brasil. Ainda na primeira metade do século XX, com o surgimento dos novos gêneros da música popular, difundidos massivamente através do rádio; com a propaganda modernista; com *Casa-grande & Senzala*, como grande obra para a afirmação da formação do Brasil e da cultura mestiça; com o programa de unificação nacional da ditadura varguista; — e, demais exemplos (BOSCO, 2018).

Esses exemplos evidenciam a afirmação da “*cultura popular brasileira* como um mito produtor de identificação coletiva” (Bosco, 2018, p. 21). Todo esse conteúdo demonstra uma imagem do Brasil ostentando uma natureza que é exuberante, quase autoevidente e romântica de que é ela, em si, o símbolo representante da Cultura Nacional. Francisco Bosco reestabelece um problema complexo, mas fundamental, e serve para visarmos em nosso horizonte onde ele quer chegar num primeiro momento, esse problema é o das representações do Brasil, traçando as linhas de força que parecem ter prevalecido ao longo desse processo.

Segundo Bosco nos informa, Antônio Candido afirma que, até 1930, permanecia uma ideia de que éramos um país novo, que ainda não tínhamos nos realizado, “a partir dos anos 1930 vai se formando progressivamente uma consciência do subdesenvolvimento, que só se consolida a partir dos anos 1950” (BOSCO, 2018, p. 24), contendo, na virada dos anos 1930 para 1940, grandes obras que liam em chave negativa esse atraso do Brasil frente aos outros países.

O Brasil do século XX é atravessado por uma noção de autoimagem afirmativa marcada pelos valores da mistura, da apropriação criativa de elementos exteriores e numa cultura que foi capaz de se autorrealizar, mas não no nível de sociedade, pois, “Esta esteve sempre travada pelas metamorfoses do poder oligárquico, historicamente mudando para permanecer o mesmo, controlando cada oportunidade de transformação social mais estrutural.” (BOSCO, 2018, p. 28)

É somente a partir dos anos 1950 que essa noção da cultura popular começa a ser desarticulada, apesar de ainda se manter muito forte no imaginário coletivo, como afirma Bosco (2018, p. 28), “Enquanto esforço sistemático, a desconstrução da ideia de uma cultura popular brasileira, com tudo o que ela tem demasiadamente generalizante, de grandes sínteses eruditas que, vistas mais de perto, forjam-se em conceitos vagos”

Então, é mostrado que esse movimento foi fruto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que fora fundada em 1934, depois de ter recebido contribuições fundamentais de Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Giuseppe Ungaretti, para produzirem grandes nomes de sociólogos, como Florestan Fernandes, Antônio Candido, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti, que, a partir de suas perspectivas acadêmicas, criticaram esses “explicadores do Brasil.”

Tomando de partida essa perspectiva vinda do novo, a universidade, com o rigor de um método fortuito, a partir do uso de conceitos bem utilizados articulados a grandes pesquisas empíricas, pôde fazer questões do tipo “a que perspectiva interessa – isto é, quais são seus “pressupostos ideológicos” – o elogio desse mecanismo histórico perseverante? Essa tradição é “feliz” para “quem?” Para os anteriores ideólogos do Brasil (BOSCO, 2018, p. 31)

Neste momento do texto, chegamos a uma grande contribuição do livro, pois é ressaltada outra dobradura importante na história. É o caso dos Racionais MC's, como afirma o autor, “primeiros grandes arautos dessa transformação da cultura popular vinda de dentro da própria cultura popular” (BOSCO, 2018, p. 33), alinhados ideologicamente aos movimentos negros dos EUA, praticavam uma política “anticordial e dicotomizante”. Mais à frente ao seu surgimento, em 1989, um movimento parecido acontecia no âmbito institucional durante o Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde essa perspectiva racista institucionalizou-se em políticas de Estado.

FHC vinha da escola de sociologia da USP onde começou esse processo de desconstrução dos ideais culturalistas em suas pesquisas sobre a situação dos negros no século XX. Identificou, nas desigualdades sociais, um preconceito de cor que agudizava suas situações, frente a uma política de abolição falha no sentido da integração do negro na sociedade livre. O governo seguinte ao de FHC, a partir de 2003, o de Lula, deu continuidade aos programas sociais desta agenda iniciada por FHC.

Apesar de já na primeira década do século XXI o Brasil, dotando uma tradição “anticordial”, promotora do debate e explicação dos conflitos em sua história e

“fundamentada em lutas identitárias”, ainda seriam necessários três fatores para que essas lutas se desenrolassem “no sentido de sua expansão, sua sistematização e seu aprofundamento: as revoltas de junho de 2013, o colapso do lulismo e a enorme adesão ao uso de redes sociais digitais”. Esses elementos somados é que Francisco Bosco afirma que formataram as “características do novo espaço público brasileiro”, que será debatido no segundo capítulo de seu livro.

Condições para surgir o novo espaço público

O colapso do lulismo

Como é levantado pelo autor, depois de um histórico de derrotas, onde adotava postura de combate em relação à correnteza dos governos, em 2003, Lula é eleito para o cargo do executivo nacional, para isso, teve que abrir mão de sua figura anterior e apostou na estratégia de conciliação com setores conservadores. O que antes era lido como bandeira da luta contra as desigualdades já no primeiro ano de governo se torna clara a troca de abordagem para, agora, uma corrida contra a pobreza, para manter-se no governo dali em diante; desse modo, adquiriu um caráter ambíguo, abrindo caminho para setores empresariais de um lado, para conseguir governar equalizando reformas no nível de políticas sociais do outro. De tal forma:

O lulismo, portanto, não deixou de ser, finalmente, a tradução político-social do modelo conciliador da cultura popular. Há, em Lula, em sua figura pessoal, uma dimensão de cordialidade: o recurso ao afeto, a proximidade física, a notória capacidade de conciliação (BOSCO, 2018, p. 36).

Não durou muito para que esse modelo de governabilidade viesse mostrar suas fragilidades. Foi no segundo ano do primeiro mandato da sucessora de Lula, a presidenta eleita Dilma Rousseff, que começaram a evidenciar-se tais controvérsias.

Bosco, então, afirma que no mês de junho do ano de 2013 sucedeu, primeiro no Estado de São Paulo (SP), manifestações contra o aumento das passagens, que, como de praxe, logo sofreu um ataque de desmobilização vinda da Polícia Militar de SP. Naquele momento, a mobilização era retratada como uma grande movimentação, mas ainda sem aparente importância do modo como era coberto pela imprensa *mainstream* nacional, quando não, apenas a caracterizavam como atos de vandalismo vazios de significado político. Só depois do dia 13 de junho, em que uma jornalista da Folha de São Paulo foi atingida no olho por um tiro de bala de borracha, essa mesma imprensa modulou seu discurso alinhando em parte com os participantes das manifestações, e, deu-se o real destaque à altura do que se configurava de fato naquele momento.

Esta manifestação, de caráter sem precedentes na história recente do país, especialmente pela aparentemente difusa heterogeneidade de suas frentes, coberta pela mídia independente dos movimentos ali presentes, havia ganhado outras faces, inclusive, estendendo-se para outras cidades do país. Junto a esse alinhamento de novas frentes às manifestações, além da pauta do Movimento Passe Livre, articulavam-se outros processos em curso no mundo, como aponta o autor no trecho a seguir

[...] para muito além dos vinte centavos reais e simbólicos que o deflagraram, seguramente estavam no processo: uma movimentação política internacional, articulada com a novidade das redes sociais digitais; a "blindagem do sistema político" brasileiro, isto é, uma crise da democracia representativa; e a proximidade dos grandes eventos mundiais, Copa do Mundo e Olimpíadas, que o Brasil sediaria. (BOSCO, 2018, p. 41)

Muitos sentidos ainda podem ser retirados dos protestos de 2013, alguns efetivados, outros nem chegaram a se consolidar de fato como um sentido aferível, mas, sem dúvida alguma, citando o presidente do instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, dois efeitos podem ser observados: “efeito demonstração” e “sensação de insegurança”

O primeiro se refere ao efeito causado pela superexposição midiática dos protestos, que fez com que “mesmo quem tinha uma insatisfação ‘aceitável’ passou a achar que devia ‘indignar-se’, ainda que não soubesse exatamente contra o quê” 103 (e sobretudo, pode-se acrescentar, a favor do quê). O segundo designa o impacto na sensação de insegurança causado pela visibilização intensa da violência nas ruas do país. A repetição diária de cenas de “vandalismo”, depredação de bens privados e públicos, atinge diretamente o governo responsável (BOSCO, 2018, p. 44).

Além disso, surge uma sociedade mais crítica, que ocupa mais espaços públicos, em especial espaços digitais, onde emergem o próximo assunto, as lutas identitárias.

As redes sociais digitais

Francisco Bosco chama atenção para o advento do serviço de internet. A comunicação como era conhecida houve de se modificar. Não se pensam em limites ou barreiras de comunicação. Impacto disso viu-se nas manifestações de 2013, aonde unificaram-se os espaços urbanos e digitais, quando grupos se organizaram nesse novo espaço público e já chegavam nas manifestações, já sabendo de todo o percurso, pautas a serem defendidas. Essa nova maneira de se comunicar ao qual “Manuel Castells chama de *autocomunicação*, isto é, o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital” (BOSCO, 2018, p. 46) e seu caráter de comunicação de massa, que permitem grande alcance e conexões com outras redes e, assim, atingem outros

indivíduos, são esses os elementos fundamentais para tratar com a importância que se deve essa forma de comunicação.

De certo modo, o novo espaço público se apresenta como democrático, pois agrega muitas pessoas pelo seu fácil acesso. Múltiplos conteúdos a indivíduos distintos permeiam a internet através das redes sociais. De outro modo, também, possui o caráter que é ao mesmo tempo pessoal e impessoal. “Nelas, o destinatário é múltiplo, mas esse múltiplo é formado por um conjunto de indivíduos concretos” (BOSCO, 2018, p. 54) Diferentemente da imprensa tradicional, em que o destinatário é um sujeito abstrato, nas redes sociais, o sujeito ou o grupo de sujeitos que veem o post são indivíduos que estão lá, online, esta presença permite uma resposta imediata vinda desse grupo de sujeitos, com comportamentos grupais que podem vir a ser desmedidos, tendo como exemplo os linchamentos virtuais.

Lutas identitárias

As lutas identitárias estão no centro da discussão que segue da observação dos modos que operam os indivíduos no espaço público da internet e, também, como elementos nas organizações das manifestações de junho de 2013 que contribuíram para no fim do Lulismo. Mas, antes, ele possui uma história anterior, datada numa crise de representação da esquerda com seus modelos ortodoxos nos anos seguintes à década de 1960, essa esquerda:

(..) emerge, como observa Fredric Jameson, em meio à uma crise da “concepção clássica da classe social”. Os anos 1960 testemunharam, de um lado, a guerra imperialista dos Estados Unidos no Vietnã; de outro, a divulgação dos crimes de Stálin, assim como manifestações de totalitarismo nas experiências socialistas da China, de Cuba e da União Soviética, além dos indícios de crise econômica do bloco comunista. Isso desencadeou críticas, em todo o mundo, às instituições comunistas. Essa erosão da centralidade do conceito de classe (ou das respostas propostas a ele) foi um dos fatores a produzir a emergência de uma nova esquerda, baseada em outras referências (BOSCO, 2018, p. 53).

No trabalho de Axel Honneth (2003), ele identifica três instâncias sociais: o amor, como relações de ordem privada; o direito, que toma a pessoa como indiferente, seu valor é igual ao universal de indivíduo formal, reconhecido por lei; e, por solidariedade, reconhecido em sua particularidade, por sua diferença. Os movimentos identitários se formam quando experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências de um grupo inteiro, que mobilizam um grupo por exigência de relações ampliadas de reconhecimento.

As redes sociais são o palco perfeito para atuação dessas experiências de luta pelo reconhecimento. Nelas, as relações são dadas no imaginário, mesma instância onde são estabelecidas as relações de reconhecimento e, lá, os indivíduos são organizados em grupos sem disparidades e contradições a partir de algoritmos, com grande capacidade agregadora, criando espaços de espetacularização, mas, diferentes das emissoras de TV. Nesse espaço, é livre a disputa pela capacidade de concentração de olhares.

Livre, também, a identificação de formas de poderes; para Bosco, Foucault (2009) entende que o poder não passa de relações de ações sobre ações, o poder não age sobre o outro enquanto indivíduo, ele age sobre ações desse indivíduo, indiretamente afetando sua ação, circunscrevendo-a em prol do interesse do sujeito que inscreve no outro a ação a ser afetada. Por isso, acontece um monitoramento do que o indivíduo faz e do que ele publica. Assim, nascida da crise dos conflitos de classe como perspectiva centralizada na luta política, as lutas identitárias têm por sua natureza a experiência humana intersubjetiva, onde o reconhecimento é o motor de sua luta, sem ele não há movimento no sentido de uma certeza de si e, lutam para combater o poder como uma forma específica de dominação.

É inegável a importância que os movimentos identitários tem em suas lutas, mas, a crítica não pode deixar de ser dirigida ao protagonismo que estas assumiram, conforme analisadas suas condições de existência e as implicações de seus modos de ação.

Análise dos Casos Concretos

Bosco faz, então, uma análise de casos concretos, mostrando quando as lutas identitárias se excederam e acabaram cometendo injustiças. O nome do capítulo é *Marchinhas, óleos e turbantes*. Algumas denúncias sem consistência são acatadas de forma que nem sequer são passíveis de análises de suas contradições. Está evidente que não é possível que apliquemos os princípios de justiça formal para casos de desequilíbrios históricos. Existe um campo da justiça para lidar com essas questões de desobediências às leis, e que devem ser consideradas cabíveis de uso, é o caso da “teoria da obediência parcial”, e, mais uma vez, isso só é possível no nível institucional, não quando fere o direito individual.

Contra esse uso da retirada de direitos individuais de sujeitos, a favor de causas coletivas, é necessário o uso do imperativo categórico kantiano, que procura identificar um valor universal em sua existência e, que possa servir de fundamento para leis aplicáveis a todos, esse valor é o ser humano.

Partindo para os casos concretos, o primeiro a ser analisado é o das marchinhas de carnaval. Várias foram problematizadas como preconceituosas. Em especial, uma criada por Caetano Veloso, que fala o termo “mulata”, a popular marchinha falando do cabelo do Zezé e uma que remete a “Maria Sapatão”. Quem defendeu as marchinhas pareceu que estava acusando os movimentos identitários de uma patrulha ideológica, que o mundo ficou chato. Normalmente, quem se utilizava desse argumento eram as pessoas que não eram afetadas por esse movimento. Existem marchinhas que realmente não reproduziam preconceito, como a de Caetano, mas outras são bastante problemáticas, falando mal de indígenas e colocando mulheres em situações indelicadas de dominação, e, por muitas vezes, parecia estimular o assédio com adjetivos de “piranha”.

Para responder tal problema, Bosco adota uma perspectiva de que o campo se modificou:

Fico, para concluir o assunto, com o argumento da feminista Aline Ramos, autora do blog *Que Nega é Essa?*: “o fato de as letras terem sido criadas num contexto político diferente do atual não significa que elas eram aceitas pelos grupos minoritários. A diferença está na maneira em que essas pessoas se organizavam para reivindicar seus direitos e apontar o preconceito” (BOSCO, 2018 p. 81).

Partindo para a perspectiva do Caso do Turbante, uma jovem branca com câncer foi abordada em um ônibus por mulheres do movimento negro, que repreenderam a jovem, porque usava um lenço para esconder os fios caídos, argumentando que turbante é de uso exclusivo negro. Portanto, a mulher com câncer teria o direito individual negado. Bosco rejeita perspectivas que dizem que apropriação cultural não existe, mas ele não se interessa em vestimentas. Sua abordagem deve ser em um racismo estrutural, como ele afirma na presente citação:

Djamila Ribeiro percebeu o impasse e apontou para o modo de sua superação: “Há colonistas, por exemplo, escrevendo que apropriação cultural não existe, e por outro lado, pessoas colocando a responsabilidade nos indivíduos, ignorando as questões estruturais. Acredito que ambos os caminhos são equivocados”. Em outras palavras, e como explica Nátaly Neri, o conceito de *apropriação cultural* se refere a um racismo estrutural, e, as ações contra o mecanismo devem se efetivar nesse nível estrutural, e não no varejo dos usos individuais – no qual, pode-se acrescentar, se revelam ineficazes ou indesejáveis da perspectiva pragmática, além de antipáticas do ponto de vista estratégico (BOSCO, 2018 p. 95).

Sobre o videoclipe de Malu Magalhães, da canção “Você Não Presta”, é constituído por indivíduos negros, dançando em um lugar que remete a uma precariedade. Os corpos negros seminus e com óleo sobre a pele, parecendo remeter a uma sexualização do corpo negro. As pessoas imediatamente começaram a criticar nas redes sociais, ela

logo foi às redes sociais pedir desculpas, pela sexualização das pessoas negras. Bosco concorda com a crítica à posição dos usuários das redes sociais:

E de que maneira essas associações entre pessoas negras e o sexo se reproduzem efetivamente nas relações sociais? Ora, das mais diversas. No campo profissional, tende a desvalorizar as capacidades intelectuais das pessoas negras, vistas sempre como ineptas, “selvagens”, no sentido acima mencionado. Para as mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas, essa associação as deixa em estado permanente de vulnerabilidade e pode servir como encorajamento e mesmo justificativa para atos de avanço sexual indesejado por parte dos patrões. No campo dos relacionamentos afetivos, tende a fazer com que as pessoas negras sejam instrumentalizadas, percebidas por meio de um fetiche racista estúpido, antes como objetos eróticos privilegiados do que como plenos sujeitos para uma relação amorosa. Entre outras diversas consequências que, presumo, as pessoas que sofrem com esse preconceito poderiam identificar (BOSCO, 2018 p. 99).

Já no caso da “Fiel Defensora de Estupradores”, um elemento que pesa é a *sororidade*, conceito baseado no apoio e ajuda de mulheres para mulheres. Porém, podem existir falhas, como no caso analisado. A cantora Marcia Castro postou uma foto com o músico Fael Primeiro, que tinha sido acusado de cometer violência sexual. Logo, ela sofreu ataques em redes sociais, passou de comentários falando para ela abrir o olho, para ameaças, fazendo ela não subir em um trio. A “sororidade” pareceu ter perdido o valor, pois, um discurso de “aliança” fez com que Marcia Castro se tornasse inimiga.

E, o principal, Fael Primeiro é inocente, ele processou as jovens que fizeram a denúncia e espalharam o boato, elas aceitaram um acordo de pagar a pena com trabalho comunitário. Essa “sororidade” faz deixar de analisar o caso concreto, para atender um princípio, que deixa a justiça de lado.

O Caso do doping por Óleo de Massagem ocorreu Belo Horizonte. Aconteceu partindo de uma postagem de uma página do Facebook. A página postou um texto falando sobre uma vítima de um estupro, que foi dopada ao inalar óleo de massagem, que deixou a suposta vítima inconsciente e excitada, fazendo com que ela só perceba uma verruga no pênis do suposto agressor, que também é acusado de passar HPV para a jovem. O suposto agressor é um músico que passou a ser agredido em redes sociais, com pedido até de que parem de contratá-lo. Apesar de todo um argumento frágil e incoerente apresentado na postagem, que os médicos confirmaram a falseabilidade dos sintomas que foram citados na postagem, o músico continuou sendo atacado até postar no seu perfil do Facebook que iria tomar medidas legais.

O último caso explicitado é o que houve repercussão fora e dentro do Brasil. É o caso de Idelber Avelar, professor da Universidade de Tulane, em Nova Orleans. Ele

mantinha relações com mulheres, conversava sobre sexo e coisas que fogem a modelo tradicional conservador com muitas mulheres, teve uma conversa que ele enviou uma foto do pênis ereto. No entanto, ele exposto publicamente, chamado de abusador, torturador psicológico e assediador, nas redes sociais, começou um ataque em massa.

Apesar de todas as relações serem consentidas, a proibição que foi dada a ele, em conversa, foi acatada, mas, mesmo assim, os ataques continuaram por algumas mulheres acharem que consentimento da mulher é ilegítimo, em relação a sexo, por conta do modelo patriarcal que vivemos. E, essa perspectiva de certos grupos é tão forte que abandonam a legitimidade do Estado, como o autor argumenta sobre o caso e as consequências dessa dinâmica identitária, sobre a vitória nos tribunais do acusado:

A vitória do acusado na justiça não tem o valor de *última palavra* fora do âmbito legal. A justiça oficial não instaura uma perspectiva absolutamente neutra capaz de arbitrar a controvérsia. Ao contrário, ela é, desde o início, parte do problema: uma instância percebida pelas mulheres como reprodutora do machismo estrutural da sociedade.²⁹⁴ Enquanto ela não for reformada (por medidas como composições paritárias em todas as suas instâncias), e enquanto o machismo seguir sendo a ideologia dominante na sociedade, continuará sendo percebida assim. Voltamos, com isso, ao ponto onde parecemos girar em falso: as estruturas machistas institucionais e sociais fazem com que determinados feminismos desenvolvam premissas e métodos para os quais, em nome do combate à estrutura, indivíduos particulares devem ser combatidos, sendo submetidos ao crivo de uma perspectiva simetricamente oposta à do machismo estrutural. Nesse processo, todo indivíduo vem sendo reduzido à sua estrutura de origem: em princípio, ele a reproduz, e de nada valem, nas situações concretas, as evidências atenuantes, relativizantes, complexificadoras ou mesmo absolvedoras – deve-lhes ser imposto o mesmo tratamento que a estrutura machista reserva às mulheres (BOSCO, 2018 p. 133).

CONCLUSÃO

Bosco traça de maneira bem consistente a história da cultura do Brasil, ligado à uma genealogia foucaultiana, mostrando como um retrato de uma cultura geral do país também pode gerar uma exclusão. Pois, esse retrato sempre foi baseado em uma cordialidade e união da nação, só mudou quando a cultura se transformou em política com o grupo Racionais MCs, esse caráter da cordialidade também foi passado para política e atingiu seu ápice no governo Lula.

O autor mostrou, de maneira minuciosa, as condições para o surgimento do novo espaço público, citando os protestos de junho de 2013, o colapso do Lulismo, que significou o ápice da cordialidade na política, enquanto havia a mudança da autoimagem cultural do Brasil, justamente, para o contrário. E, a última, o surgimento das redes sociais, proporcionando uma discussão mais ampla por parte da população brasileira.

O autor mostra um vasto conhecimento, além de história do Brasil e filosofia pós-estruturalista, faz uma análise de casos concretos, flertando com diversos campos do conhecimento, como antropologia, sociologia e literatura.

Para concluir, Bosco defende que os movimentos trabalhem com alteridade e sem instrumentalizar os indivíduos, nas suas justas lutas. E, em uma sociedade desigual, as lutas identitárias muitas vezes são das formas já mencionadas por um caráter sintomático da sociedade. Portanto, para mudar a dinâmica das lutas identitárias, é necessário mudar a sociedade, deixando-a em nível de igualdade cultural e econômica, sem a reprodução de formas de dominação.

REFERÊNCIAS

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2018.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel **Foucault: uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Lisboa, Livros do Brasil, 1957.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1996.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JAMESON, Fredric. Periodizando os anos 60. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Ed.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

KOJÈVE, Alexandre. **Introduction à la lecture de Hegel**. Leçons sur la Phénoménologie de l'Ésprit, professés de 1933 à 1939 à l'École des Hautes Études réunies et publiées par Raymond Queneau . Paris:Gallimard, 1947.

ROMERO, Sílvio. **Contos Populares do Brasil**. Jundiaí, SP: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.